
ESQUERDA CATÓLICA, PENTECOSTAIS E ELEIÇÕES NO BRASIL: UM CONFLITO ENTRE PROJETOS ANTAGÔNICOS*



Alberto da Silva Moreira**

Resumo: *O tema central desse ensaio é examinar o papel e a influência da Igreja Católica, e principalmente dos chamados católicos de esquerda, aqueles identificados com a teologia da libertação e com a opção pelos pobres, a partir do seu envolvimento nas eleições presidenciais. Para fazer uma leitura mais distanciada, o ensaio segue uma linha de tempo relativamente longa, que vai dos tempos da ditadura (1964) até a última eleição presidencial de 2018. Os trabalhos históricos de apoio mais importantes são Mainwaring, Serbin, Gomes de Souza, Oliveira e Azevedo. Mesmo correndo o risco de realizar saltos bruscos, espera-se que esse olhar distanciado permita revelar se existem tendências ou novidades históricas consistentes, se se pode afirmar possíveis continuidades ou rupturas nas formas pelas quais os católicos em geral, e os católicos de esquerda em particular, se relacionam com a política no Brasil, especialmente através do seu envolvimento nas eleições presidenciais. Minha hipótese de trabalho neste ensaio, é que a Igreja Católica, no mais tardar desde as eleições de 2018, perdeu para as igrejas pentecostais o lugar que tradicionalmente ocupava, de agente religioso mais importante no campo político do país. Minha conclusão é que agora, além de ter como opositora a tradicional direita católica, o setor que estou chamando de esquerda católica terá que enfrentar também uma direita evangélica, provavelmente ainda mais poderosa do que a primeira.*

Palavras-chave: *Esquerda católica. Política. Igreja Católica. Igrejas Pentecostais.*

* Recebido em: 28.10.2019. Aprovado em: 07.11.2019.

** Doutor em Teologia (Westfälische-Wilhelms-Universität, Münster) e Ciências da Religião (UMESP). Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC Goiás.
E-mail: alberto-moreira@uol.com.br

Neste ensaio o foco não está dirigido para o exame dos fatores e das estratégias utilizados por partidos e candidatos para conquistar o voto dos fiéis de igrejas e comunidades religiosas, nem mesmo para a análise das razões e consequências da crescente importância eleitoral do voto dos evangélicos e pentecostais, temas já bastante estudados. O que me interessa é examinar o papel e a influência da Igreja Católica, e principalmente dos chamados católicos de esquerda, aqueles identificados com a teologia da libertação e com a opção pelos pobres, a partir do seu envolvimento nas eleições presidenciais.¹ Estou consciente de que para ser mais justo e menos incompleto, deveria incluir e tratar ao mesmo tempo da esquerda evangélica, ou seja, daqueles setores nas diversas igrejas protestantes e pentecostais, também minoritários, perseguidos e incompreendidos, que igualmente e há muito tempo se identificaram com o ideário e as práticas de um cristianismo da libertação e fizeram a opção evangélica de pensar, sentir e agir a partir das margens, *desde los de abajo*, enfim, dos pobres e injustiçados e do planeta ameaçado². Mas isso transbordaria em muito as possibilidades deste ensaio, já espremidas pela complexidade e extensão histórica do tema; fico então apenas com a esquerda católica.

Se o tema Igreja Católica e política era corrente até o início dos anos 2000, nos últimos quinze anos escreveu-se muito pouco sobre ele, de forma até desproporcional à diminuição dos católicos na população em geral. Por isso resolvi fazer uma leitura mais distanciada, assumindo uma linha de tempo relativamente longa, que vai dos tempos da ditadura (1964) até a última eleição presidencial de 2018. Mesmo correndo o risco de realizar saltos bruscos, minha expectativa é de que esse olhar distanciado permita revelar se existem tendências ou novidades históricas consistentes, se se pode afirmar possíveis continuidades ou rupturas nas formas pelas quais os católicos em geral, e os católicos de esquerda em particular, se relacionam com a política no Brasil, especialmente através do seu envolvimento nas eleições presidenciais. Trata-se de um esforço de captar e analisar política e teologicamente grandes linhas e tendências nessa relação. Os trabalhos históricos mais importantes em que me apoio são Mainwaring (1989), Serbin (2008), Souza (1984; 1997), Oliveira (1992) e Azevedo (2004). Minha hipótese de trabalho é que a Igreja Católica, no mais tardar desde as eleições de 2018, perdeu para as igrejas pentecostais o lugar que tradicionalmente ocupava, de agente religioso mais importante no campo político do país.

IGREJA E POLÍTICA NO BRASIL

Falar da presença da Igreja Católica na política brasileira é uma quase-redundância, pois o Brasil já nasce como entidade política sob a égide da fé católica. Inte-

resses políticos e econômicos das monarquias portuguesa e brasileira sempre estiveram entremeados com interesses, visão de mundo e racionalidade católicas e a expressão maior dessa fusão chamou-se padroado régio. Mas desde 1890, ou mais precisamente desde a primeira constituição republicana de 1891, instaurou-se um novo marco nessa relação, que a partir de então ficou caracterizada pela separação formal entre estado e igreja, pelo fim de uma religião oficial e pela adoção do modelo de estado laico. Este devia, para além de seu caráter não confessional, garantir igualdade de direitos e oportunidades a todos os credos religiosos. Sabemos que apesar dessa importante mudança jurídica, política e cultural, tanto a Igreja Católica continuou tentando influenciar a política no Brasil, como a maioria dos partidos e das forças políticas fizeram o possível para garantir o apoio da Igreja. Sobretudo em épocas de eleição. Basta lembrar a reaproximação e os acordos de cúpula acontecidos nos anos 20 e 30 entre o cardeal Leme e Getúlio Vargas, cujo ponto alto e simbólico foi a inauguração da estátua do Cristo Redentor em 1931 no Rio de Janeiro (GIUMBELLI, 2008).

Nas décadas seguintes, seja pela perspectiva da ala conservadora ou reacionária do catolicismo brasileiro, presente na Ação Integralista de Plínio Salgado e mais tarde no movimento anti-reforma agrária e anti-comunismo *Tradição, Família e Propriedade* (TFP), ligados aos bispos Geraldo de Proença Sigaud e Antonio de Castro Mayer e a figuras como Gustavo Corção, seja pela perspectiva da ala moderada e modernizante do catolicismo brasileiro, presente nos diversos ramos da Ação Católica, na fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB (1952) e depois no Movimento de Educação de Base (1962), ligados fundamentalmente ao nome de D. Hélder Câmara e a figuras como Alceu Amoroso Lima, em todos esses anos houve uma forte atuação da Igreja e dos movimentos católicos a respeito do direcionamento a ser dado à política nacional. Mesmo abstando-se de criar um partido católico no cenário político nacional, como queriam a Associação Católica Fluminense já nos idos de 1874 e mais tarde (1925) Carlos Laet e setores da ala integralista, não resta dúvida de que a Igreja, não apenas a hierarquia, mas também através das organizações e movimentos de leigos católicos, exerceu uma influência significativa na política brasileira. Essa influência continuou a ser exercida nas vésperas do golpe de 1964, quando políticos de direita, senhoras da classe alta, organizações empresariais e o clero católico conservador organizaram em São Paulo a 19 de março a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, e no Rio no dia 2 de abril a “Marcha da Vitória”, manifestações de massa que serviram como legitimação importante para a instalação do regime militar no Brasil (MAINWARING, 1989; SOUZA, 1984).

Por outro lado, desde o pós-guerra, mas com maior intensidade entre 1952 e até as vésperas do golpe de 1964 (SOUZA, 1997), formou-se ao lado do catolicismo

tradicionalista e por dentro do catolicismo reformista conservador da CNBB, saindo das alas mais militantes da Ação Católica (JEC, JIC, JOC), especialmente da JUC, do Movimento de Educação de Base (MEB), do sindicalismo católico no campo e das regionais do Nordeste e do Norte da CNBB uma tendência política em embate e diálogo com o pensamento humanista e socialista, uma corrente, que mesmo não entrando na luta armada, como fez a Ação Popular (AP), o maior grupo “católico” entre os grupos revolucionários no período pós-64, pode ser legitimamente denominada de esquerda católica. A esquerda católica surgiu “como reação contra... [a] “concordata não escrita” entre a Igreja e o Estado, esboçada nos anos 20 e consolidada nos anos 30 (OLIVEIRA, 1992, p. 42). Este setor do catolicismo realiza uma análise social crítica, é portador de uma nova consciência histórica, compartilhada até mesmo por um documento da CNBB de 30 de abril de 1963, que depois de 56 anos não perdeu ainda sua atualidade:

“Nossa ordem é, ainda, viciada pela pesada carga da tradição capitalista, que dominou o ocidente nos séculos passados. É uma ordem de coisas na qual o poder econômico, o dinheiro, ainda detém a última instância das decisões econômicas, políticas e sociais. Exigem-se profundas e sérias transformações”. E enumerava, a seguir, a questão rural, a reforma da empresa, a reforma tributária, a reforma administrativa, a reforma eleitoral e o problema educacional (SOUZA, 1997, p. 77).

Essa esquerda católica, em grande parte desarticulada pela ditadura, irá se reorganizar sob novos modelos teóricos e de ação, motivados por uma espiritualidade e uma metodologia renovados, sob a influência considerável do Concílio Vaticano II (1962-1965), da conferência de Medellín (1968) no final dos anos 60 e início dos anos 1970. Ela se transforma, cresce, toma raízes mais populares, se torna um forte vetor dentro do que Mainwaring (1989) chama de Igreja Popular.

OS ANOS DE CHUMBO

Durante os 21 anos da **ditadura militar** houve, sobretudo a partir de 1968, uma mudança sempre mais clara e decidida da Igreja Católica de afastamento e mesmo de contraposição em relação à política do estado ditatorial (SOUZA, 1984; OLIVEIRA, 1992; SERBIN, 2008; AZEVEDO, 2004). Em determinado momento entre 1968 e 1976, essa contraposição ao Estado envolveu toda a cúpula da CNBB e tornou-se uma posição hegemônica dentro da Igreja Católica no Brasil. Mesmo tendo havido “diálogos na sombra” entre alguns bispos e generais

(SERBIN, 2001), pela primeira vez na história brasileira houve uma oposição e mesmo um antagonismo nas relações entre Igreja e Estado. Paradigmático nesse sentido foi o documento da CNBB de 1973, *Eu ouvi os clamores do meu povo*, no qual os bispos se expressam como a “voz dos que não tem voz”. Todo o movimento político e religioso ligado à defesa dos Direitos Humanos, às Comissões de Justiça e Paz contra a tortura dos presos políticos, movimento este fortalecido pela eclosão da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base, pelo forte ativismo das pastorais sociais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a pastoral operária no ABC, a pastoral do Menor, os movimentos sociais a elas ligados (Movimento dos Atingidos por Barragens, movimentos por moradia, saúde popular, movimento Meninos de Rua, movimento contra a carestia, mais tarde o MST e tantos outros), todo um dinamismo de mobilização e educação popular incentivado pela Igreja desembocou no movimento “Diretas Já”, pelo fim da ditadura e pelo retorno à democracia (OLIVEIRA, 1992).

Embora de difícil quantificação, pela grande variação das experiências locais e pelo grau variável de sua representação através da CNBB (chegou-se a falar em cem mil CEBs), o Cristianismo da Libertação (ou Teologia da Libertação, ou Igreja Popular; LÖWY, 2000) foi um movimento político-religioso que deu contribuições significativas para a redemocratização do país (MOREIRA, 2012), seja em termos de politização da população, disseminação dos direitos humanos, mudança da cultura política, organização dos setores populares (quilombolas, povos da rua, indígenas), criação de importantes movimentos sociais, seja em termos de formação de lideranças, apoio logístico, recursos humanos e materiais para favorecer a transição democrática. Como uma herança dessa época, perderam até hoje em setores da Igreja ligados à teologia da libertação, estranhamento e desconfiança em relação ao Estado e à política oficial.

ESQUERDA CATÓLICA E REDEMOCRATIZAÇÃO

O momento histórico seguinte, aquele em torno da eleição indireta de Tancredo Neves e da elaboração da nova **Constituição em 1987-1988**, marcou uma fase nova no posicionamento da Igreja Católica em relação à política brasileira. Houve uma certa crise e desorientação nos meios eclesiais pelo surgimento e pela formalização dos novos partidos, dos sindicatos e das novas mediações políticas que agora disputavam uma presença efetiva no espaço público, onde até então a atuação da Igreja, sobretudo na defesa da pauta dos Direitos Humanos e das liberdades democráticas, tinha sido praticamente isolada. Houve um movimento de acomodação e retraimento, sobretudo por parte da hierarquia progressista (que nessa época também sofria enorme pressão e

controle por parte do Vaticano). O ideário das lideranças formadas até então nas comunidades de base e nas pastorais sociais da Igreja preparava e exigia uma ativa participação dos leigos na política, mas supunha também um certo afastamento dos sacerdotes e bispos do protagonismo imediato e de sua influência político-partidária na esfera pública. Marcante nesse contexto foi outro documento da CNBB – *Exigências cristãs de uma ordem política*, 1977.

A atuação da Igreja e dos católicos nos trabalhos da Constituinte (1987-88) não se deu em termos de bloco unitário, ela já refletia divisões anteriores. A esquerda católica, ou o setor progressista, que vinha em sua grande maioria dos movimentos sociais e dos meios influenciados pela teologia da libertação, engajou-se muito mais em torno dos direitos sociais e políticos da população, pela demarcação das terras indígenas, pela reforma agrária e pela garantia dos direitos das minorias. A outra frente de atuação dos católicos, ligados principalmente à Renovação Carismática e aos setores tradicionalistas e mais conservadores da Igreja, se deu sobretudo no debate sobre a família, sobre o *menor* e sobre temas como o aborto: a chamada pauta “moral”. Bispos e padres dos dois grupos, ainda que engajados e envolvidos nas duas temáticas tratadas, sobretudo na questão da reforma agrária e nos direitos dos índios e quilombolas, se mantiveram a certa distância, favorecendo o “protagonismo dos leigos”. Devido à correlação de forças desfavorável e ao maior número de representantes da bancada ruralista (UDR) e do “centrão” nas comissões que tratavam das reformas estruturais, como a reforma agrária, o grupo católico “progressista” saiu derrotado. Mas a ala católica conservadora conseguiu atingir em larga medida seus objetivos em torno da “pauta moral” (WOHNRATH, 2017), pois foi reforçada pela própria orientação conservadora do “centrão” e por uma aliança ocasional e pragmática com a ainda embrionária bancada evangélica, que nas eleições de 1986 havia eleito nada menos do que 33 deputados para a Constituinte (MELO, 2018).

Todavia, apesar da grande mobilização e atuação político-social e pedagógica dos setores de esquerda do catolicismo brasileiro no período anterior, os anos da “Nova República” de José Sarney viram aumentar de forma vertiginosa os conflitos no campo e o assassinato de padres, religiosos, indígenas e lideranças populares ligados à teologia da libertação. Basta conferir os relatórios da Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo* entre 1986 e 1988 (CPT 1986-1988), para perceber que a redemocratização política não atingiu as estruturas profundas que geram permanente desigualdade sócio econômica no Brasil.

LULA E O MESSIANISMO CATÓLICO DE ESQUERDA

Durante a campanha presidencial de 1989, aquela que devia eleger pelo voto direto o primeiro presidente depois do regime militar, continuou e aumentou o engaja-

mento dos setores da esquerda católica a favor da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva e dos candidatos do Partido dos Trabalhadores. O próprio Lula havia recebido grande influência da teologia da libertação através das CEBs e da pastoral operária em São Bernardo do Campo. Ao lado de Lula eram candidatos Leonel Brizola, Fernando Collor de Mello, Silvio Santos, Esperidião Amim e Ronaldo Caiado. O PT era considerado pelos militantes católicos o legítimo representante político dos setores populares ligados à teologia da libertação. A ala conservadora católica, não apenas aquela ligada à Renovação Carismática, mas aos remanescentes da organização Tradição, Família e Propriedade (TFP), aos monarquistas e ao Opus Dei logo investiram todas suas forças na candidatura de Collor de Mello. Nessas eleições, pela primeira vez de forma sistemática, as igrejas Universal do Reino de Deus, Assembleia de Deus e outras igrejas pentecostais se engajaram abertamente na disputa eleitoral, a favor de Collor de Mello e dos candidatos da direita. Segundo Pierucci e Mariano (1992, p. 92),

para convencer os eleitores crentes a votar em Fernando Collor, as lideranças pentecostais usaram o argumento da ameaça: votar no Partido dos Trabalhadores (PT) seria o mesmo que entregar o futuro de suas igrejas a uma tenebrosa aliança católico-comunista.

Esse argumento, que nas eleições presidenciais de 2002 será abandonado, irá retornar com ligeiras modificações (ficou apenas a “ameaça comunista”) bem mais tarde, nas eleições de 2010 e 2018. Mesmo Collor sendo eleito e Lula saindo derrotado, nessas eleições de 1989 o PT e outros partidos de esquerda ganharam maior representatividade e foram projetados no cenário político nacional. A derrota de Lula provocou uma crise nos meios católicos de esquerda, que até certo ponto cultivavam um certo messianismo político-religioso em relação à sua figura. Havia uma grande expectativa que a eleição de Lula em 1989 fosse finalmente resolver as grandes injustiças sociais acumuladas em tantos anos e instaurar um tempo novo. A crise levou posteriormente a uma desmobilização política de muitos militantes católicos que apoiavam o PT e os partidos de esquerda. Se a vitória de Collor trouxe desmobilização política para muitos militantes dos meios eclesiais de esquerda, esta eleição, por outro lado, marcou a entrada triunfal dos pentecostais e neopentecostais na política partidária nacional.

Naquela época o voto do segmento populacional evangélico não era ainda um elemento decisivo na balança, ele constituiu um dos fatores entre outros da vitória de Fernando Collor, junto por exemplo, com o voto dos católicos de centro-direita, o voto feminino etc. É importante não confundir e homogeneizar todas

as diversas correntes teológicas e doutrinárias, as diferentes tradições e formas institucionais das igrejas protestantes, juntando tudo na expressão “voto evangélico”. Não existe um “voto evangélico”, existem grupos, setores e igrejas muito distintas, que também modificaram suas práticas políticas durante os últimos trinta anos. Atualmente (2019) uma elite política, ligada a algumas igrejas pentecostais e batistas conseguiram, por sua força política e midiática, sequestrar o termo “evangélico” para designar-se a si mesmos como evangélicos e para convocar sob esse nome, “legitimamente”, todos os que se encontram na tradição protestante ou pentecostal em apoio à sua agenda conservadora (BURITY, 2017). Mas voltemos a Collor de Mello. Na sua eleição não havia ainda essa estratégia articulada de setores das igrejas pentecostais e batistas já próximas ao poder para mobilizar o voto de evangélicos e não-evangélicos, como será o caso principalmente a partir de 2014. Mas é justamente a entrada em cena deste novo ator político, o militante evangélico-pentecostal, que desenvolve aos poucos um *know how* para envolver e usar as igrejas e seus aparatos como fatores importantes de estratégia eleitoral, e cujo voto se torna numericamente cada vez mais relevante, que irá engrossar o voto da direita e enfraquecer o voto dos católicos de esquerda. Até então, *dentro do campo religioso*, os setores católicos identificados com a teologia da libertação e as CEBs tinham como “adversários políticos” praticamente apenas os católicos de direita.

A progressiva reconfiguração do campo religioso, pelo crescimento da importância não apenas numérica dos evangélicos, provoca também uma reconfiguração, não óbvia e nem inevitável, nas forças políticas em termos nacionais: de um lado do espectro político se alinham os católicos e os evangélicos de esquerda - e geralmente os adeptos das religiões afro-brasileiras e os sem-religião -, do outro lado se alinham os católicos de direita e a grande maioria dos pentecostais-evangélicos (e também os espíritas)³. Sabemos que essa polarização tem fronteiras movediças, nem sempre é tão nítida e tampouco definitiva, como ficou patente mais tarde nas eleições de 2002. Mesmo assim, a definição precoce desses perfis políticos contrapostos parece ter se estabelecido de forma duradoura, a meu ver por grandes diferenças teológicas e ideológicas entre católicos de esquerda e (neo)pentecostais. Aqui só posso apontar para algumas dessas diferenças, lembrando que também existem muitas características e sensibilidades em comum, entre elas: o pentecostalismo, como o “cristianismo da libertação”, é originalmente uma religião *dos* pobres, que em termos individuais empodera e mobiliza positivamente pessoas oprimidas, doentes e marginalizadas, cultiva uma visão não-conformista e pró-ativa diante da realidade, sublinha o carisma e menos a instituição, o leigo e menos o clérigo, contém um elemento anárquico e imponderável, por isso potencialmente anti-sistêmico. Apesar desses

parentescos importantes, faz falta ao pentecostalismo, na minha opinião, uma teoria social crítica, que consiga chegar ao nível das classes populares e ser incorporada por elas. Não se trata tanto da experiência de fé e dos conteúdos fundantes, que são comuns, trata-se de uma grande diferença no método, na mediação epistemológica que permite a interpretação dos conteúdos e sua vinculação orgânica à prática religiosa e sócio-política das comunidades. Praticando uma hermenêutica crítica da sociedade, a partir dos pobres, do conflito, do coletivo, dos que sofrem, a teologia da libertação foi aprendendo, ao ler os textos bíblicos nas comunidades, na atuação política, momento em que o diálogo com o marxismo foi muito importante, que não existe libertação cristã a longo prazo para o indivíduo e a sociedade que não passe pela via do político e do social. Não se trata apenas de empregar uma teoria social crítica, seja de qual vertente teórica ela vier; trata-se de criar uma hermenêutica, uma linha de transmissão que permita conectar a leitura *social* crítica da realidade, com os textos fundantes e com as próprias práticas (inclusive políticas) em termos de um projeto comum, que se descobre numa continuidade *estrutural* (não idêntica ou linear) entre o que a teologia da libertação chama de “o projeto de Jesus” (ou Reino de Deus, o horizonte mais abrangente e vinculante da existência cristã), e o cotidiano das comunidades crentes.

Essas diferenças de fundo epistemológico, teológico e político entre católicos de esquerda e pentecostais continuaram existindo e moldando práticas e conteúdos dos dois segmentos até o presente, apesar de aproximações conjunturais. Se levantarmos a hipótese de que nas duas eleições de Lula (2002 e 2006) e no primeiro governo Dilma (2010), por motivos eleitorais pragmáticos, essa oposição ideológica ficou suspensa, em *stand by* no pano de fundo, então torna-se mais fácil entender porque a polarização político-teológica foi retomada e intencionalmente exacerbada pela já mencionada elite pentecostal-evangélica de direita, desde pelo menos o impeachment de Dilma Rousseff e, sobretudo, quando do voto pentecostal massivo dado a Bolsonaro e à sua plataforma de extrema-direita nas eleições de 2018. Mas voltemos ao histórico das eleições.

As **eleições presidenciais de 1994**, da qual participaram Orestes Quécia, Fernando Henrique Cardoso, Leonel Brizola, Lula e Enéas foram fortemente influenciadas pelo êxito do Plano Real, lançado no ano anterior por Fernando Henrique quando era ministro da fazenda do governo Itamar Franco. A experiência cotidiana e frustrante da população com a hiperinflação, debelada pelo plano Real, que logrou estabelecer uma estabilidade monetária no país, aplainou o caminho para a vitória de Fernando Henrique e do seu partido, o PSDB, e foi ainda fator importante para lhes garantir a reeleição em 1998. A atuação e o posicionamento político da Igreja e dos católicos em geral nessas eleições foi, como já se esperava num “sistema democrático” com partidos funcionando,

mais retraída e discreta. Segundo Pierucci e Prandi (1995), em 1994 os católicos tradicionais tiveram um perfil de voto de centro-direita, votando em Fernando Henrique Cardoso, o candidato claramente preferido pelos carismáticos; os afro-brasileiros, os sem religião e os católicos ligados à teologia da libertação votaram em peso em Lula. Os evangélicos históricos optaram por Esperidião Amim; Orestes Quércia foi o candidato preferido dos pentecostais. Lula continuou tendo grande rejeição entre os carismáticos e os pentecostais, apesar da alta taxa de indecisão desses últimos (PIERUCCI; PRANDI, 1995).

As eleições de 1998 foram novamente vencidas, desta vez no primeiro turno, por Fernando Henrique Cardoso, apoiado por uma numerosa coligação dos partidos de centro-direita. Seguro de sua vantagem relativa, Fernando Henrique não participou de nenhum debate. A campanha do PSDB, mesmo tendo Fernando Henrique realizado grandes privatizações, criado desemprego e achatamento salarial, conseguiu passar a ideia de que uma ruptura no governo poderia fazer fracassar o Plano Real e que ele necessitava de continuidade política para atingir seu pleno êxito. O posicionamento político dos agentes religiosos, especialmente católicos e evangélicos, também seguiu em grandes linhas o cenário de 1994: enquanto os católicos de esquerda ligados às CEBs apoiaram Lula, o candidato tucano era eleito com massivo apoio dos pentecostais e dos católicos de centro-direita. Na mesma eleição cresce bastante o número de deputados evangélicos: em 1998 "... foi eleita para o Congresso Nacional a maior «bancada evangélica» vista até então na história do Brasil, com 53 deputados" (ORO, 2005)

A ESQUERDA CATÓLICA VAI AO PODER

O próximo momento político relevante nessa linha histórica da relação da Igreja Católica com a política no Brasil, foram as **eleições de 2002**, quando um candidato da esquerda, Lula, venceu as eleições presidenciais pela primeira vez. Pesou muito nas eleições de 2002 o grande descontentamento das classes médias e das classes populares com os resultados negativos das políticas neoliberais implementadas nos dois governos anteriores de Fernando Henrique Cardoso. Nessas eleições o envolvimento e o apoio ativo da Igreja Católica enquanto hierarquia, padres e movimentos organizados de leigos a determinados candidatos, embora mais retraído do que nas eleições de 1989 ainda assim foi bastante significativo. O PT havia se tornado um partido de massas, o maior partido brasileiro. Diversos bispos, como o Cardeal Arns, bispo emérito de São Paulo, declararam abertamente seu apoio a Lula: "Eu acho que o Lula é que conquistou os votos, e não o PT, e a Igreja está com o Lula, e não propriamente com o PT".⁴ Antes da posse Lula fez visitas à sede da CNBB em

Brasília e em 1 de maio à Assembleia Geral dos bispos em Itaici. Diante de 305 bispos, numa fala de hora e meia, pediu a colaboração da Igreja para seu governo (AZEVEDO, 2004). A resposta do presidente da CNBB, Jaime Chemello, foi lapidar, porque além de expressar a atitude básica da Igreja em relação à política na época, identifica e contém nitidamente as duas diferentes plataformas, da direita e da esquerda católicas: o bispo diz a Lula que a Igreja tem a intenção de colaborar com o governo “de forma crítica e livre, em defesa da vida, da família e da justiça social” (AZEVEDO, 2004, p. 117). As reivindicações dos bispos ligados à ala da teologia da libertação ao governo Lula durante a mesma Assembleia foram mais explícitas:

[...] dez bispos pediram atenção governamental prioritária para as questões da reforma agrária, da violência urbana, do narcotráfico, da integração nacional, das comunidades indígenas, da Amazônia e do Nordeste e dos direitos humanos (AZEVEDO, 2004, p. 117).

Assim, na eleição de 2002 o envolvimento direto dos setores da Igreja Católica ligados aos movimentos sociais e às comunidades conseguiram mobilizar massas populares significativas, dentro e fora dos limites confessionais, em prol da candidatura de Lula. Personalidades importantes da teologia da libertação, como Frei Betto, D. Mauro Morelli e outros, foram convidados por Lula a integrar seu governo. Pontes de diálogo e formas de colaboração concretas e positivas, como com a Pastoral da Criança, foram reforçadas ou estabelecidas. Mesmo não havendo registros específicos sobre o voto católico de esquerda, de centro ou de direita na eleição, e levando em conta que muitas outras variáveis (renda, educação, gênero, idade) podem alterar os dados, é bastante sintomático o forte apoio que a candidatura Lula recebeu dos católicos como um todo. Provavelmente essa foi a primeira eleição na qual correntes políticas diversas e até opostas dentro do espectro católico votaram num mesmo candidato.

Mas nas eleições de 2002, devido a razões já mencionadas, como o desagrado geral em relação à política econômica recessiva de Fernando H. Cardoso, muitos outros setores da população, além dos católicos de centro-direita e de esquerda, apoiaram Lula e o PT. Uma razão para explicar a mudança em relação ao passado é que Lula desenvolveu uma estratégia, criou diretórios e buscou interlocutores específicos para atingir o eleitorado evangélico.⁵ Pela primeira vez um candidato presbiteriano à Presidência da República pôde evidenciar o peso numérico do voto dos pentecostais e evangélicos no Brasil: Anthony Garotinho recebeu 15 milhões de votos no primeiro turno, ficando em terceiro lugar com 17,86% dos votos.⁶ Ao conseguir que Garotinho o apoiasse no segundo turno, Lula recebeu grande parte desses votos dados ao candidato evangélico. A Igreja Universal do

Reino de Deus e diversas outras igrejas pentecostais também apoiaram ativamente o candidato do PT no segundo turno. Enquanto isso José Serra corria atrás do apoio da Assembleia de Deus e da Igreja do Evangelho Quadrangular.⁷ Na verdade, logo no início da campanha, o PT havia feito acordo com o PRB, partido de importantes lideranças pentecostais, convidando um membro seu, o empresário José Alencar, para vice-presidente na chapa. Além disso, Lula redigiu um documento voltado aos evangélicos; prometeu medidas concretas para satisfazer antigas reivindicações das igrejas pentecostais; procurou lideranças evangélicas através do senador Marcelo Crivella, genro de Edir Macedo, e recebeu, tanto em 2002 como em 2006, o decidido apoio do chefe da Igreja Universal.⁸

Já nas **eleições de 2006**, também vencidas por Lula no segundo turno, o cenário era algo diferente. Primeiro, depois dos escândalos financeiros do mensalão e da relativa lentidão em realizar as reformas sociais durante o primeiro governo Lula (2003-2006), uma parte da esquerda católica (como Plínio de Arruda Sampaio) e outras tendências mais à esquerda do PT saíram do partido e fundaram o PSOL, em 2005. Em segundo lugar, a direita católica representada pelos movimentos de Renovação Carismática, *Opus Dei* e Defesa da Vida “intensificaram os ataques ao partido e seus representantes, associando-os com os valores não cristãos” (MACHADO, 2012, p. 27). Em terceiro lugar, como não havia uma candidatura evangélica explícita, parte do eleitorado evangélico continuou apoiando Lula, enquanto outra parte preferiu apoiar Geraldo Alckmin do PSDB. Bohn (2007), ao analisar os dados da correlação entre voto e confissão religiosa nas eleições de 2002 e 2006, afirma que não se pode evidenciar, em 2006, nenhuma preferência específica do eleitorado evangélico em relação à população em geral. A autora afirma que “a variável religião não teve qualquer poder explicativo na votação de Lula em 2006” (BOHN, 2007, p. 375). Parece tratar-se de equívoco, uma vez que ela própria reconhece uma página antes que, segundo seus dados, “a probabilidade com a qual os eleitores católicos optaram pela candidatura Lula (71%), foi significativamente diferente da dos outros segmentos religiosos” (BOHN, 2007, p. 374). Como os eleitores católicos estavam também na variável religião, isso implica dizer que o voto dos católicos deve ter tido, sim, algum poder explicativo, talvez constituindo um fator decisivo para a vitória de Lula em 2006. Isto porque, uma vez tendo seus candidatos perdido o primeiro turno, o temor que um candidato de direita vencesse as eleições juntou novamente (quase) toda a esquerda em torno de Lula. É possível afirmar que uma contribuição decisiva foi mobilizada pelos católicos de centro-esquerda, uma vez que os católicos de direita batalhavam por Geraldo Alckmin, supostamente membro do *Opus Dei*.

O envolvimento dos setores da Igreja Católica ligados à teologia da libertação e aos movimentos sociais, ou seja a esquerda católica, que até as eleições de 2002

conseguiu mobilizar massas significativas em prol das candidaturas de Lula e do PT, irá reduzir a partir de 2006 tanto seu grau de coesão interna (pró-PT, contra-PT, pró-PSOL ou pró-outros), como sua capacidade de mobilização popular. Como veremos adiante, essa reduzida capacidade de mobilização também se repetirá em 2018, num cenário bem diferente, no qual as redes virtuais foram usadas ao máximo, e que trouxe resultados também muito diferentes.

SALVAR O QUE FOR POSSÍVEL

Nas **eleições de 2010**, quando Dilma Rousseff disputa a presidência pela primeira vez, a esquerda católica já começa dividida entre Dilma, Marina Silva e Plínio de Arruda Sampaio. Pelo lado da direita, os mesmos setores católicos conservadores se juntam aos evangélicos conservadores para criticar asperamente a posição favorável à descriminalização do aborto por parte da candidata do PT. Na verdade, como mostrou Machado (2012), o aborto não era o único tema da discussão: o Plano Nacional de Direitos Humanos/3 lançado pelo governo Lula em dezembro de 2009, resumindo debates anteriores com ambientalistas, feministas⁹ e diversos outros grupos e movimentos sociais, deveria incorporar aos direitos civis e políticos, também os direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais:

[...] temas controversos como: a descriminalização do aborto; a criação de uma Comissão da Verdade para investigar os crimes cometidos na ditadura militar, a criação de redes de proteção dos Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais; a regulação governamental dos meios de comunicação tendo como ponto de referência os direitos humanos (MACHADO, 2012, p. 28).

Diversos setores sociais como militares e fazendeiros reagiram negativamente ao plano, mas a reação de setores evangélicos e católicos conservadores, simplificando e ridicularizando algumas questões da pauta moral, foi enorme. A pressão dos evangélicos e católicos de direita cresceu tanto que Dilma teve que voltar atrás e garantir numa “Carta Aberta ao Povo de Deus” que não iniciaria nenhuma discussão a respeito e que ela deveria ficar no congresso.¹⁰ Edir Macedo e outras lideranças evangélicas que apoiavam Dilma foram a campo atenuar declarações da candidata consideradas escandalosas pelos evangélicos, como a que apresenta o aborto não apenas como questão de consciência, mas também de saúde pública e de política do Estado. Outro item do PNDH3 considerado inaceitável era o projeto de criminalização do preconceito contra gays e homossexuais. Como sabemos, a mesma pauta bomba voltará com ares apocalípticos e força total oito anos mais tarde, em 2018.

Por outro lado, a assembleiana Marina Silva do Partido Verde, candidata de parte dos evangélicos, não foi muito convincente nos seus esforços para capitalizar eleitoralmente a rejeição a Dilma Rousseff no meio evangélico. Um terceiro segmento pentecostal, liderado pelos pastores Silas Malafaia, da AD Vitória em Cristo, e José Wellington Bezerra, presidente da Confederação Nacional das Assembleias de Deus, também fez o possível para carrear o voto pentecostal descontente para o seu candidato, José Serra, do PSDB. Nessas eleições já começa uma grande atuação na Internet e através de vídeos divulgados pelo pastor batista Paschoal Piragine Júnior, atacando fortemente as posições “anti-cristãs” do PT e de sua candidata.

Do lado da direita católica também houve uma campanha cerrada contra Dilma e o PT, sobretudo quando o bispo de Guarulhos, D. Luiz Gonzaga Bergonzini, escreveu um artigo que chegou a figurar alguns dias no site da CNBB, orientando os fiéis a não votar em partido ou candidato que “desrespeitasse a vida” e os “valores familiares” (MACHADO, 2012, p. 35). A campanha da direita católica ficou ainda mais explícita quando os Bispos do estado de São Paulo publicaram um “Apelo a todos os brasileiros e brasileiras”, recomendando “a todos os cidadãos e cidadãs que só votassem em candidatos/as e partidos políticos contrários à descriminalização do aborto” (MACHADO, 2012, p. 36). O próprio Papa Bento XVI imiscuiu-se na disputa eleitoral, ao enviar poucos dias antes do primeiro turno uma mensagem pedindo que os bispos locais “esclarecessem seus fiéis em relação às posições da Igreja e dos distintos candidatos no que se refere ao aborto e à união civil de pessoas do mesmo sexo.” Dilma foi defendida por D. Luís Carlos Eccel, bispo de Caçador, em Santa Catarina, que escreveu uma carta favorável à sua candidatura e defendeu com veemência os programas sociais dos governos do PT. Além disso, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC) organizou um “Encontro de Dilma com os cristãos” em Brasília¹¹ e o bispo de Jales, D. Demétrio Valentini, apoiou publicamente a candidata por seu compromisso com a erradicação da pobreza.¹²

O forte movimento dos evangélicos e da direita católica contra Dilma Rousseff (e a favor de José Serra, principalmente) resultou num primeiro turno relativamente apertado para a candidata do PT: 46,91% dos votos válidos, contra 32,61% de José Serra e 19,33% de Marina Silva. Pesquisa Ibope realizada depois do primeiro turno revelou que metade dos eleitores católicos votou em Dilma e apenas pouco mais de um terço dos eleitores evangélicos fez o mesmo. A pesquisa mostrou ainda que a demonização moral criada pelas lideranças religiosas contra o PT (acrescida pela superexposição de casos de corrupção) repercutiu nas urnas, e que 80% dos eleitores eram contra mudanças na lei do aborto (MACHADO, 2012). Uma leitura atenta desses dados teria podido fazer antever comportamentos semelhantes anos depois, na onda Bolsonaro de 2018. No segundo turno, a herança

de Lula falou mais alto e os cerca de 20% de votos dados a Marina Silva e Plínio de Arruda Sampaio dividiram-se em partes quase iguais para Dilma, que venceu com 56,05% dos votos, e Serra, que recebeu 43,95%.

As **eleições de 2014** viram crescer o mesmo padrão de influência dos grupos conservadores pentecostais na campanha eleitoral:

Com discursos dentro do ideário da moral cristã (contra o aborto e o controle da natalidade e pelo tratamento psicológico a homossexuais) e de princípios caros ao liberalismo na política e na economia (Estado mínimo e elogios ao livre mercado), essas personagens [...] capta(ram) apoios para além do círculo religioso com o mote “é preciso salvar a família” (CUNHA, 2015, p. 2).

O conservadorismo moralista e dominante nos meios evangélicos, que identificava nas políticas de Direitos Humanos dos governos do PT uma ameaça maquiavélica aos “valores cristãos”, mas muito mais pragmaticamente um entrave aos projetos de expansão de alguns pastores e figuras chave da elite conservadora pentecostal-evangélica, contribuiu para eleger o Congresso mais conservador da história brasileira desde 1964, na expressão de Antonio Augusto Queiroz, diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

Desta vez Dilma Rousseff teve muito mais dificuldade para vencer os demais candidatos, com margens mais apertadas no primeiro turno,¹³ conseguindo vencer Aécio Neves no segundo turno por apenas 3% de diferença.¹⁴ Pela primeira vez os evangélicos tinham dois candidatos à presidência, Marina Silva, que assumiu a cabeça de chapa liderada pelo PSB depois do acidente aéreo que vitimou Eduardo Campos, e o Pastor Everaldo, presidente do PSC. Mas, apesar do alvoroço inicial, Marina Silva repetiu a mesma performance da eleição anterior, ficando em terceiro lugar, enquanto o pastor Everaldo ficou em quinto lugar, atrás de Luciana Genro do PSOL. O caráter pragmático-conservador das duas campanhas ficou ainda mais patente pelo apoio que Marina e Pastor Everaldo deram a Aécio Neves no segundo turno (CUNHA, 2015; CUNHA; RICHTER REIMER, 2018).

A mobilização por parte da esquerda católica continuou, mas numa dimensão muito menor e menos consensual do que nas campanhas anteriores. Abalada com os acenos à política econômica liberal feitos por Dilma Rousseff durante a crise, já desencantada pelas denúncias de corrupção no governo, impactada pelas demonstrações de rua em 2013, fragmentada pela crescente divisão na esquerda brasileira e sentindo o envelhecimento de bispos e lideranças antigas da teologia da libertação, a esquerda católica se retraiu bastante. Lembro-me que dentro das pastorais sociais, como na Comissão Pastoral da Terra, na pastoral indigenista e na pastoral universitária, e no interior de movimentos sociais

amplos ligados à teologia da libertação, como o MST, o voto no PT, que desde 2010 não era algo óbvio, tornou-se ainda mais incerto. A tendência era antes preferir ou o voto ideológico mais à esquerda, em Luciana Genro, ou o voto pragmático ambiental em Marina Silva. Só a eminência de uma vitória do candidato dos sonhos da direita, Aécio Neves, que teve forte crescimento no segundo turno, juntou na última hora os setores da esquerda brasileira, aí também incluída a esquerda católica. Mas a vitória conseguida não parece ter consolidado de forma significativa esse apoio da esquerda católica, mas antes colocado diante das pessoas um horizonte de expectativas e cobranças muito altas em relação ao segundo mandato presidencial da candidata do PT.

BOLSONARO, AS ELEIÇÕES DE 2018 E A ESQUERDA CATÓLICA

Em agosto de 2016, o senado declarou a presidente Dilma Rousseff impedida de governar, sob a alegação de que ela teria praticado pedaladas fiscais e violado leis orçamentárias. Michel Temer, o vice-presidente que tinha articulado o golpe parlamentar junto com Eduardo Cunha, presidente da Câmara¹⁵, torna-se presidente e cumpre o restante do mandato. Ao sair no final de 2018, Temer contabiliza 80% de desaprovação popular e dois processos sobre corrupção ativa. As eleições de outubro de 2018 são as mais surpreendentes desde o período militar. Lula, que havia sofrido processo da operação Lava Jato, era a princípio o candidato do PT e tinha maioria nas intenções de voto, mas como foi preso em 7 de abril de 2018, Fernando Haddad, o vice assumiu a cabeça de chapa em agosto, sendo confirmado pelo TSE apenas em 7 de setembro de 2018.¹⁶

Segundo pesquisa Datafolha de 25 de outubro de 2018, o ‘católico’ Bolsonaro recebeu 59% dos votos entre os evangélicos, enquanto o também católico Haddad recebeu apenas 26%.¹⁷ O peso do voto dos evangélicos foi, portanto, decisivo para sua eleição e as próprias lideranças evangélicas não deixam desde então que Bolsonaro se esqueça disso. Apesar de se declarar católico, Bolsonaro mantinha estreitas alianças com políticos e lideranças evangélicas, foi batizado no Rio Jordão em 2016 pelo Pastor Everaldo, sua esposa Michelle é batista, seu casamento foi realizado por Silas Malafaia, pastor da igreja Vitória em Cristo, que Bolsonaro frequentava até 2016. Ele recebeu apoio unânime dos setores evangélicos conservadores que o guindaram até a cadeira de presidente da república. Bolsonaro fez sua campanha apoiado numa retórica patriótica e moralista, cheia de imagens e alusões a carteiras de trabalho verde-amarelas, a “vergonhosos” *kit gays*, *golden showers* e mamadeiras em forma de pênis atribuídos ao PT, fazendo mímica de fuzilamentos, prometendo acesso livre às armas pela população, defendendo o fim da “ideologia de gênero” nas escolas, a liberalização das regras trabalhistas¹⁸, o alinhamento da política externa com os ditames

da política global norte-americana, fazendo ironias aos quilombolas e índios, comentários machistas e misóginos, bem como proferindo discursos de ódio contra petistas e comunistas, desde logo construídos como bode expiatórios, como figuras de personificação, descarrego e simplificação terapêutica para as negatividades conjunturais e estruturais da sociedade brasileira. Petistas e esquerdistas, disse Bolsonaro durante comício em Rio Branco no Acre, deveriam ser metralhados e expulsos para a Venezuela¹⁹. Bolsonaro não apenas chocou e escandalizou, ele também encontrou um público que por diversas razões continua receptivo a tais manifestações de força, de segurança, que parecem demonstrar “sinceridade”, coragem, clareza de ideias, atitudes firmes que punem o inimigo, que defendem o bem e a família cristã contra todo tipo de ataque daqueles que são considerados “o inimigo”. Mesmo que esse “inimigo” seja sempre arbitrário e simplista (podendo incluir aliados anteriores), mais ainda do que o velho esquema de Carl Schmitt poderia sugerir.

Não só a esquerda católica, toda a esquerda brasileira estava despreparada para enfrentar a onda bolsonarista, que foi se avolumando e tomando corpo na mídia, nas redes virtuais e na esfera pública brasileira três meses antes da eleição. Na esquerda reinou desorientação e até discórdia: o teólogo Leonardo Boff, que havia sido um dos primeiros a sugerir o nome de Ciro Gomes como um possível denominador comum para fazer frente a Bolsonaro, acabou sendo destrutado por este candidato meses depois. O PT apostou as fichas primeiro na candidatura Lula e quando finalmente ela foi impugnada, tentou transferir o voto para Haddad, até com relativo sucesso. Mas a estratégia da campanha bolsonarista de extrema direita, baseada nos métodos “científicos” de Steve Bannon e da Cambridge Analytica, turbinada por um esquadrão de robôs e métodos nada ortodoxos de propaganda eleitoral, estratégia essa só possível pela colaboração de setores partidarizados da justiça brasileira, que mantiveram Lula prisioneiro em Curitiba todo o tempo, pela colaboração generosa da maior parte da grande mídia, que também deu voz e palanque aos pseudo filósofos e acólitos de Bolsonaro, como Olavo de Carvalho, sem mencionar a adesão entusiasta da extrema direita católica, como o cardeal do Rio de Janeiro, o padre Paulo Ricardo do MT, as bênçãos generosas que Mons. Jonas Abib, da Canção Nova (“o Brasil tem o presidente que precisava ter”²⁰) derramou sobre o capitão, e do apoio seja de militares autoritários e saudosos do poder, seja de setores da sociedade brasileira que flertam com o fascismo, tudo regado com fartos recursos do grande capital. Para tanta novidade de métodos, agressividade e sofisticação tecnológica a centro-esquerda e as esquerdas brasileiras, inclusive a católica, não estavam preparadas e não conseguiram articular a tempo uma resposta competente.

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

1. Como vimos, assim como não é possível homogeneizar as diversas correntes teológicas tradições e formas institucionais das igrejas protestantes na expressão “voto evangélico”, também não se pode simplificar a enorme diversidade de orientações teológico-políticas dentro do catolicismo utilizando a expressão “voto católico”. O voto católico, sem mais, não existe. Em termos de orientação política existe o voto dos tradicionalistas católicos (estilo TFP ou *Opus Dei*), o dos conservadores modernizantes (como RCC ou Cursilhos), do centro (o catolicismo devocional popular) e o da centro-esquerda e da esquerda católicas. Mesmo se às vezes as fronteiras e posicionamentos políticos desses grupos em questões e situações concretas podem se deslocar e permitir combinações cruzadas, em geral se pode dizer que os três primeiros se caracterizam por um posicionamento de direita – voltado ao indivíduo, aferrado à ordem, ao nacionalismo abstrato, ao intimismo ritualista, à obediência à autoridade, à tradição incontestada, ao apego ao emocional –, enquanto os dois últimos grupos se caracterizam por um posicionamento de esquerda – preocupado com as questões coletivas da justiça e da igualdade social, contra a pobreza e marginalização, mantendo respeito pela diversidade cultural, étnica e de gênero, buscando resposta para os grandes desafios ambientais e sócio culturais que a contemporaneidade coloca ao Cristianismo, defendendo a mudança necessária e mantendo aberta a esperança em dias melhores no futuro.

A esquerda católica, apesar de reduzida, possui muitos canais de influência sobre as ideias e os sentimentos, pois produz pensamento, símbolos e práticas que tem apelo para outras pessoas. Sua atuação continua influenciando as concepções e práticas políticas na sociedade, tanto entre católicos como entre a população civil.

2. Para a esquerda católica ligada à teologia da libertação a questão mais importante não se joga dentro do campo religioso (BOURDIEU, 1974); por isso arrisco dizer que não lhe interessa conquistar hegemonia sobre instituições religiosas e suplantando outras igrejas ou religiões. Para quem já recebeu antes e depois dos anos de chumbo a pecha de “ameaça comunista” ou “ameaça vermelha”, não faz sentido ficar à procura de uma “ameaça pentecostal”, como faz a direita católica no Brasil, ou de uma “ameaça muçulmana”, como faz a direita política e religiosa na Europa. Para as esquerdas católica e evangélica identificadas com o ideário da teologia da libertação o mais importante se joga dentro do campo social, político e econômico, em termos da realização ou não dos direitos humanos, dos direitos sociais e ambientais, da liberdade, da igualdade e do respeito à diferença étnica, cultural e de gênero. O que lhes incomoda não é o crescimento demográfico das igrejas pentecostais, mas é a derrota dessas bandeiras e a vitória (espera-se passageira) do moralismo fundamentalista,

- autoritário e capitalista dentro do pentecostalismo vencedor.
3. Na minha opinião, e tentando fazer um balanço desse longo percurso de Castelo Branco a Bolsonaro, o setor que estou chamando de esquerda católica, além de sua tradicional e conhecida opositora na direita católica, terá que enfrentar também uma direita evangélica multifacetada, ágil e articulada, talvez mais fragmentada e dividida em interesses de grupos ou pessoas, mas ainda assim não menos poderosa do que aquela primeira. Ao fazer esse enfrentamento precisa considerá-la um *adversário político* relevante, mas não um adversário religioso. Só assim poderá liberar seu cabedal de crítica e oposição sem esquecer que nasceu ecumênica, sem tornar-se sectária e intolerante, continuando a respeitar a diversidade *religiosa* e as normas da convivência democrática como um valor. Para a esquerda católica, tanto faz combater a direita católica ou a nova direita pentecostal-evangélica – ambas estão funcionalmente aliadas ao projeto capitalista de controle da sociedade, da natureza e das subjetividades.
 4. Dos tempos da ditadura militar, quando eram uma pequena mas ativa minoria, até as eleições de 2018, quando atingiram o auge da sua capacidade de articulação política, a atuação dos (neo)pentecostais na política brasileira parece descrever um arco de progressivo empoderamento conservador. Ao apoiar Bolsonaro e seus militares, as lideranças e os grupos pentecostais dominantes, que capturaram o termo “evangélicos” para si, estão reatando o arco do presente com a época da ditadura militar, sob a qual muitas igrejas também apoiaram o autoritarismo e se calaram para a violência contra os direitos humanos e a marginalização social. Ao contrário dos evangélicos de esquerda, sobretudo presbiterianos, luteranos, metodistas. Os “agrados” governamentais que na época ajudaram a garantir o silêncio e a adesão à plataforma militarista não voltaram na nossa época sob formas muito mais sofisticadas?
 5. Nas eleições de 2018, ou talvez até antes, a Igreja Católica, com todas as suas correntes internas, perdeu o papel de principal e mais importante ator religioso a influenciar o campo da política nacional. As diferentes correntes dentro do catolicismo continuam existindo e atuando como agentes políticos, mas nas eleições de 2018 foram as igrejas pentecostais que decidiram os rumos da política nacional, foram elas que decidiram o jogo do poder e o futuro próximo da sociedade brasileira. Não que as outras forças religiosas, como os evangélicos e católicos de esquerda ligados à teologia da libertação, inclusive os adeptos das religiões afro-brasileiras e os sem-religião, não estivessem atuando (ORO, 2005; nota de rodapé 17). Mas seu impacto repercutiu de forma muito mais modesta e fraca do que a maciça campanha pentecostal a favor de Bolsonaro. Não puderam se equiparar à “maquina evangélica de ganhar eleições” (PRANDI; SANTOS; BONATO, 2019).

6. Simone Bohn (2007) avançou a tese de que até 2006 os evangélicos-pentecostais formavam apenas um “grupo de identidade” e não um “grupo de interesse”, como no pentecostalismo norte-americano. Mas se a afirmação básica de Prandi, Santos e Bonato (2019) tem pertinência, de que as igrejas evangélicas no Brasil funcionam como máquinas eleitorais, colocando, portanto, o acento sobre a funcionalização racional da institucionalidade da organização religiosa aos projetos político-eclesiásticos de poder (com o que eu concordo apenas em parte), então dever-se-ia afirmar claramente que os evangélicos-pentecostais já formam um “grupo de interesse”, perfeitamente perfilado tanto no campo religioso como no cenário político.
7. O massivo apoio evangélico a favor de Bolsonaro, a favor dos seus filhos e dos candidatos ligados a eles, ao que tudo indica, foi o fator que decidiu as eleições. Agora não são mais bispos e cardeais as eminências-pardas, são as grandes igrejas, os grupos pentecostais dominantes que influenciam fortemente a política brasileira, colocando, tirando e trocando ministros e auxiliares, são eles que infelizmente apoiam o governo autoritário de Bolsonaro e sua política econômica ultraliberal, sua visão machista, moralista, contrária à diversidade cultural e de gênero, perigosa em termos de meio ambiente e de salvaguarda dos recursos naturais.

Parece-me que aqui se trata de uma virada histórica relevante, sobre a qual ainda vai correr muita tinta.

Mas esse câmbio no comando ideológico deixará as próprias igrejas pentecostais imunes e inalteradas? Quais serão as consequências para aquelas igrejas evangélicas e pentecostais que buscaram e alcançaram uma estreita convivência com o poder, que se mostra palaciano despótico? Tratar-se-ia de uma estação a mais no caminho da secularização? O pentecostalismo vitorioso politicamente também o será religiosamente a longo prazo? Só o tempo dirá.

8. Curiosamente, apesar de sua retumbante vitória, o governo Bolsonaro considera a Igreja Católica como potencial opositora. Bolsonaro e seus ministros militares temem os resultados do sínodo da Amazônia e consideram, como o estrategista Steve Bannon, o “esquerdistas” Papa Francisco um inimigo: “O Palácio do Planalto quer conter o que considera um avanço da Igreja Católica na liderança da oposição ao governo Jair Bolsonaro, no vácuo da derrota e perda de protagonismo dos partidos de esquerda”²¹. A ameaça parece tão perigosa que o governo vai dirigir contra o encontro o aparato de espionagem e segurança do Estado: “Estamos preocupados e queremos neutralizar isso aí...” disse o ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno, que comanda a contraofensiva”²².

Vai ver, talvez haja mesmo algum perigo aí.

CATHOLIC LEFT, PENTECOSTALS AND ELECTIONS IN BRAZIL: A CONFLICT BETWEEN OPPOSED PROJECTS

Abstract: *The central theme of this essay is to examine the role and influence of the Catholic Church, and especially the so-called leftist Catholics, those identified with liberation theology and the option for the poor, from their involvement in the presidential elections. To interpret correctly, the essay follows a relatively long timeline, from the dictatorship (1964) to the last presidential election of 2018. The most important supporting historical works are Mainwaring, Serbin, Gomes de Souza, Oliveira and Azevedo. Even at the risk of making sudden leaps, this distanced look should reveal whether there are consistent historical trends or novelties, whether continuities or ruptures can be affirmed in the ways in which Catholics in general, and leftist Catholics in particular, relate to politics in Brazil, especially through their involvement in the presidential elections. My working hypothesis in this essay is that the Catholic Church, no later than the 2018 elections, has lost to the Pentecostal churches the place it traditionally occupied as the most important religious agent in the country's political field. My conclusion is that now, in addition to being opposed to the traditional Catholic right, the sector I am calling the Catholic left will also have to face an evangelical right, probably even more powerful than the first one.*

Keywords: *Catholic Left. Politics. Catholic Church. Pentecostal Churches.*

Notas

- 1 Não uso aqui a expressão “esquerda católica” no sentido em que a emprega Oliveira (1992), como um estágio histórico prévio à “Igreja da Libertação”, mas como uma parte integrante dela.
- 2 Tenho presente, entre tantas outras contribuições protestantes para uma teologia libertadora, a Conferência do Nordeste em julho de 1962 (CEB, s/d), o trabalho incansável de Richard Shaull e Waldo Cesar (1999), a tese pioneira de Ruben Alves (1969), a obra de Jether Ramalho, Joaquim Beato, Antonio Mendonça, Milton Schwantes, e tanta gente valente e generosa, com quem tanto aprendi.
- 3 Cf. o artigo de Luiz Signates, Espiritismo e Política, nesse mesmo número de *Caminhos*.
- 4 Entrevista à BBC Brasil, 01/11/2002. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/021101_paulopcdi.shtml
- 5 FSP 28/09/2002 “Lula tenta ganhar voto de evangélicos”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u38663.shtml>
- 6 No primeiro turno Lula recebeu 46,47% e José Serra 23,19% dos votos válidos. Disponível em: https://www.portalbrasil.net/politica_eleicoes2002_resultados.htm
- 7 UOL, Últimas Notícias, 17/10/2002: “Lula ganha apoio de pastores evangélicos no Rio”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/inter/reuters/2002/10/17/ult27u27501.jhtm>
- 8 *Folha de São Paulo*, 08/10/2002: “Bispos da Universal decidem apoiar Lula”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0810200241.htm>

- 9 Cf. artigo de Ivoni R. Reimer sobre movimento (eco)feminista neste mesmo número de *Caminhos*.
- 10 G1, 24/08/2010, “Em carta aberta ao povo de Deus” Dilma evita tomar posição sobre aborto. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2010/em-carta-ao-povo-de-deus-dilma-evita-tomar-posicao-sobre-aborto-4990009>. Acesso em: 30 out. 2019.
- 11 G1, 29/09/2010, “Dilma se reúne com lideranças cristãs e reafirma ser contra o aborto”. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/09/dilma-se-reune-com-liderancas-cristas-e-reafirma-ser-contra-o-aborto.html>
- 12 Estadão, 14/10/2010, “Religiosos divulgam no Rio manifesto em apoio a Dilma”. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,religiosos-divulgam-no-rio-manifesto-em-apoio-a-dilma,624840>
- 13 No primeiro turno Dilma recebeu 41,59%; Aécio Neves 33,55%; Marina Silva 21,32%; Luciana Genro 1,55%; Pastor Everaldo: 0,75% dos votos válidos (Dados TSE). BBC Brasil 05/10/2014 “Dilma vence 1º turno com menor votação desde Collor”. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141005_eleicoes2014_votos_primeiro_turno_rb
- 14 No segundo turno Dilma recebeu 51,64% dos votos válidos e Aécio Neves 48,36%. Cf. TSE. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-resultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial>
- 15 *Época Negócios*, 13/09/2017, “Temer e Cunha tramavam “diariamente” queda de Dilma, diz Funaro em delação”. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2017/09/temer-e-cunha-tramavam-diariamente-queda-de-dilma-diz-funaro-em-delacao.html>
- 16 No âmbito da *Operação Lava Jato* o juiz federal de primeira instância, Sérgio Moro, condenou Lula em 12/07/2017 a nove anos e seis meses de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro no caso do apartamento tríplice no Guarujá, cuja propriedade o MPF atribuiu a Lula. O ex-presidente se entregou à Polícia Federal (PF) no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e foi levado para a prisão em Curitiba. Mesmo depois da solicitação do Comitê de Direitos Humanos da ONU para que lhe fossem garantidos os direitos políticos e a participação nas eleições, sua candidatura foi barrada pelo TSE em 30/08/2017, sob alegação de obediência à lei da ficha limpa. Cf. *Deutsche Welle*. 07.04.2017 «Lula se entrega à Polícia Federal». Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/lula-se-entrega-%C3%A0-pol%C3%ADcia-federal/a-43293959>; Swissinfo, 23/08/2018, “ONU julga que Lula tem o direito de ser candidato”. Disponível em: https://www.swissinfo.ch/por/comitê-de-direitos-humanos_onu-julga-que-lula-tem-o-direito-de-ser-candidato/44345368
- 17 G1 Globo 26/10/2017, “Datafolha de 25 de outubro para presidente por sexo, idade, escolaridade, renda, região, religião e orientação sexual”. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/26/datafolha-de-25-de-outubro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-religiao-e-orientacao-sexual.ghtml>
- 18 Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,relembre-as-propostas-de-campanha-de-jair-bolsonaro,70002574615>
- 19 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rUSMwdrj0Ao>
- 20 “Carismáticos católicos se aproximam de evangélicos nos ritos e em Bolsonaro”, *Folha de São Paulo*, 03/11/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/carismaticos-catolicos-se-aproximam-de-evangelicos-nos-ritos-e-em-bolsonaro.shtml>
- 21 “Planalto vê Igreja Católica como potencial opositora”. *O Estado de São Paulo*, em 10/02/2019 Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,planalto-ve-igreja-catolica->

como-potencial-opositora,70002714758. Acesso em: 03 out. 2019
22 Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/planalto-ve-igreja-catolica-como-potencial-opositora>. Acesso em: 3 out. 2019.

Referências

- ALVES, Rubem. *Towards a Theology of Liberation*. Washington: Corpus Books, 1969
- AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 52, n. 18, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300009. Acesso em: 9 set. 2019.
- BOHN, Simone R. Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006). *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 366-387, nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v13n2/a06v13n2>. Acesso em: 09 set. 2019.
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BURITY, Joanildo. *A Religião e o Estado no Caminho da Confessionalização? Reflexões Sobre as Eleições Municipais*. 2017. Disponível em: <http://interessenacional.com.br/2017/09/18/caminho-da-confessionalizacao-reflexoes-sobre-as-eleicoes-municipais/>
- CESAR, Waldo; SCHAULL, Richard. *Pentecostalismo e Futuro das Igrejas Cristãs*. Petrópolis-São Leopoldo: Vozes/Sinodal, 1999.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo/86, Conflitos no Campo/87 e Conflitos no Campo/88*. Secretariado Nacional. Goiânia: CPT, de 1986 a 1988.
- CONFERÊNCIA EVANGÉLICA BRASILEIRA. *Cristo e o processo revolucionário brasileiro*. Conferência do Nordeste. 2vols. Setor de Responsabilidade Social da Igreja. Rio de Janeiro: Editora Loqui, s/d.
- CUNHA, Magali dos S. *Evangélicos e as eleições 2014: primeiro balanço pós-5 de outubro, 15/10/2015*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/536286-evangelicos-e-as-eleicoes-2014-primeiro-balanco-pos-5-de-outubro>. Acesso em: 04 set. 2019.
- CUNHA, Magali dos S. Religião e Política no Brasil: um olhar sobre o lugar dos evangélicos nas eleições 2018. *Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura*, São Paulo, ano XVI, n. 58, p. 114-131, 2019. Disponível: <https://ciberteologia.com.br/post/artigo/religiao-e-politica-no-brasil-um-olhar-sobre-o-lugar-dos-evangelicos-nas-eleicoes-2018>. Acesso em: 03 out. 2019.
- CUNHA, Magali dos S.; RICHTER REIMER, Ivoni. Entre a descrença e a busca de alternativas: desafios da inter-relação entre ética e política na contemporaneidade. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 28, n. 1, p. 3-7, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/6348/3563>. Acesso em: 10 set. 2019.
- DOCUMENTOS DA CNBB N. 10. *Exigências cristãs de uma ordem política*. São Paulo: Paulinas, 1977.
- GIUMBELLI, Emerson. A modernidade do Cristo Redentor. *DADOS, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 75-105, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v51n1/a03v51n1.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

- LÖWY, Michel. *A Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MACHADO, Maria das D. C. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 7, p. 25-54, jan./abr. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522012000100003. Acesso em: 5 ago. 2019.
- MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antonio F. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 34, p. 92-106, nov. 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5134>. Acesso em: 5 ago. 2019.
- MELO, Sydnei. Deus, a Bíblia e os evangélicos na Constituinte (1987-1988). *Revista Caminhando*, São Bernardo, v. 23, n. 2, p. 81-105, jul./dez. 2018. Disponível: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/Caminhando/article/download/8948/6521>. Acesso: 30 out. 2019.
- MOREIRA, Alberto da S. Contribuições da Teologia da Libertação para os Movimentos Sociais. *Caminhos*, Goiânia, v. 10, n. 2, p. 37-55, jul./dez. 2012. Disponível: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/2453/1515>. Acesso em: 9 set. 2019.
- OLIVEIRA, Pedro A. R. de. Estruturas de Igreja e conflitos religiosos. In: SANCHIS, P. (org.). *Catolicismo: Modernidade e tradição*. São Paulo: Loyola, 1992. p. 41-66.
- ORO, Ari P. Religião e política no Brasil. *Cahiers de Amérique Latine*, n. 48-49, p. 204-222, 2005. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cal/7951>. Acesso em: 30 out. 2019.
- PIERUCCI, Antonio F.; PRANDI, Reginaldo. Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994. *Opinião Pública*, Campinas, v. III, n. 1, p. 32-63, maio, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8640991/8513>. Acesso em: 24 jun. 2019.
- PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan W. dos; BONATO, Massimo. Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 120, p. 43-60, jan./fev./mar. 2019. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/155530>. Acesso em: 8 set. 2019.
- SERBIN, Kenneth P. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra*. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- SOUZA, Luiz A. G. de. A Igreja e a Questão Social. *São Paulo em Perspectiva*, v. 11, n. 4, 1997. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n04/v11n04_09.pdf. Acesso em: 30 out. 2019.
- SOUZA, Luiz A. G. de. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- TERRON, Sonia. L.; SOARES, Gláucio A. D. As bases eleitorais de Lula e do PT. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 310-337, nov. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v16n2/a02v16n2> Acesso em: 4 set. 2019.
- WOHNRATH, Vinicius P. Duas dinâmicas, dois resultados: a Igreja Católica na Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988. *Pro-Posições* [online], v. 28, n. 3, p. 242-270, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0020>. Acesso em: 6 ago 2019.